

Fragmentos da vida de Inês Etienne Romeu:

o encarceramento no presídio Talavera
Bruce (1972-1979)

Fragments on the life of Inês Etienne
Romeu: The incarceration at Talavera
Bruce Prison (1972-1979)

ISABEL CRISTINA LEITE

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista nota 10 de pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Carlos Chagas Filho (FAPERJ), na Universidade Federal Fluminense (UFF)
ic.leite@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo é sobre parte da vida de Inês Etienne Romeu (1942-2015), ex-dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), única sobrevivente do centro clandestino de detenção em Petrópolis e última presa política libertada, no ano de 1979. O foco deste texto são informações preliminares sobre o período de seu encarceramento no Presídio Talavera Bruce, entre os anos de 1973 e 1979. Para tentar reconstituir algumas situações relacionadas à ex-guerrilheira nestes anos, lancei mão de documentação presente no arquivo pessoal da Inês Etienne Romeu, atualmente sob os cuidados do Arquivo Público do Estado de São Paulo, entrevistas com ex-presas e ex-presos políticos, pessoas próximas de Inês, jornais e informações dispersas em trabalhos acadêmicos. Longe de dar conta de todas as questões que perpassam este período de sua vida, busco apresentar episódios subsequentes à saída da Casa da Morte em Petrópolis.

PALAVRAS-CHAVE: Inês Etienne Romeu. Talavera Bruce. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

ABSTRACT: This article is about part of Inês Etienne Romeu's life (1942-2015), ex-head director of Vanguarda Popular Revolucionaria (VPR), the only survivor of the clandestine detention center in Petrópolis and the last free prisoner, in 1979. This text focuses on primary information about the period of her detention in Talavera Bruce Prison, from 1973 to 1979. In order to reconstitute some situations related to the ex-guerrilla fighter during those years, I used documents present in her personal archive, wich is being taken care by the Public Archive of Sao Paulo, interviews with female and male politic ex-prisoners, people close to Inês, newspapers and spread information on academic papers. Not even close to analyse every issue that go through her life, I aim at showing subsequent happenings to her freedom from the Death House, in Petropolis.

KEYWORDS: Inês Etienne Romeu. Talavera Bruce. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Eu não digo que resisti. Eles me quebraram. Durante esses oito anos, eu me senti num processo de colar os pedaços, os meus pedaços. Quer dizer, é claro que a gente nunca vai ser o mesmo vaso (...)

Inês Etienne Romeu, 1979.

Os historiadores. Estranhas testemunhas, em verdade. Por não conhecerem o acusado, não podem ser testemunhas da moralidade; por não terem como atestar um contato efetivo com a realidade dos fatos e dos atos incriminados, também não podem ser designadas. (...) Do que são testemunhas essas testemunhas que só conhecem os rastros indiretos dessa experiência?
Olivier Demoulin, 2017.

A última epígrafe citada está no livro *O papel social do historiador*, de Olivier Demoulin. Uma das questões levantadas naquele trabalho diz respeito à participação deste profissional no espaço público, colocando o ofício no limite entre o campo de estudos e a disputa política. Citando outro historiador, Maurice Sarte, Demoulin reforça a necessidade de reflexão sobre o lugar da história nas sociedades modernas: “Uma República de historiadores seria tão perigosa quanto uma República de juízes. (...) Mesmo que muitas vezes seja desagradável, é preciso de vez em quando olhar no espelho” (SARTE apud DEMOULIN, 2017, p. 22).

A busca por rastros de experiências, sobretudo aquelas que evocam uma memória traumática, como narrativas de prisão e tortura passam por um limite ético-moral que, pelas palavras de Carlos Fico:

tornaria quase cínico contrapor-se a alguém que, em defesa de seus pontos de vista, levanta o argumento de que foi torturado. Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte (FICO, 2012, p. [s.i]).

Neste artigo apresento parte da vida de Inês Etienne Romeu (1942–2015), ex-dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), única sobrevivente do centro clandestino de detenção em Petrópolis (cidade do Rio de Janeiro) e última presa política libertada, no ano de 1979. O foco deste texto são informações preliminares sobre o período de seu encarceramento no Presídio Talavera Bruce, entre os anos de 1973 e 1979. Para tentar reconstituir algumas situações relacionadas à ex-guerrilheira nestes anos, lancei mão de documentação presente no arquivo pessoal da Inês Etienne Romeu, atualmente sob os cuidados do Arquivo Público do Estado de São Paulo; entrevistas com ex-presas e ex-presos políticos, pessoas próximas de Inês; jornais e informações publicadas em trabalhos acadêmicos. Longe de dar conta de todas as questões que perpassam este período de sua vida, busco apresentar episódios subsequentes à saída da Casa da Morte em Petrópolis: o assédio dos agentes de repressão durante sua internação em uma clínica de saúde mental; a legalização de sua prisão no Rio de Janeiro; seu julgamento, que resultou em uma condenação à prisão perpétua; convivência e divergências com as colegas de prisão; casamento; e exclusão da lista de anistiados políticos.

Antecedentes

Nascida em Pouso Alegre (MG), Inês sempre teve seu espírito de liderança aguçado. Ainda na escola, foi presidente do Grêmio e colaboradora do jornal do colégio. Filha de pai ateu e mãe progressista (foi a primeira mulher a votar em Minas Gerais), foi criada em um ambiente liberal — sem nenhuma obrigação de ordem religiosa, nem a de considerar casamento como destino — tendo criado espaço para discussões políticas. Dedicou parte de sua juventude na militância de esquerda, começando como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1961. Com base no depoimento coletado de Inês, nos anos 1990, a antropóloga Elizabeth Ferreira¹ reconstruiu a vida da militante nos primeiros anos da década de 1960:

Nesta época faz grandes amigos que entrarão também para a luta armada. Participa ao mesmo tempo de atividades no CPC [Centro Popular de Cultura], alfabetizando moradores de morros. Desse modo, sua vida é bastante agitada, mas não só pelo engajamento político. Essa é também uma época de muitas festas e de muita curtidão, tanto que ela e

mais dois amigos — em meio a tanta atividade — resolvem abrir um bar; tornando-se ponto de encontro de intelectuais, artistas e ativistas políticos e que funciona de junho de 1963 até precisamente o dia 31/03/64 (para evitar mais prisões, pois já haviam sido levados presos membros do PCB [Partido Comunista Brasileiro] e do PSB [Partido Socialista Brasileiro]; segundo ela, a ação golpista começou antecipadamente em Minas Gerais (já nos dias 29 e 30 de março). Como dona de bar e como militante (tendo sido membro do PCB, participando de pichações e de panfletagem e tornando-se dirigente da POLOP [Política Operária] em 1965), esta ex-presa política diz ter assumido uma posição que se diferenciava daquela da maioria das mulheres de sua época — contudo, isto não foi causa de problemas em casa, pois — reforça ela — a postura de sua família sempre foi “progressista.” Diz que sua vida era dirigida para a política e por isso se entregou totalmente à luta, desistindo de manter qualquer relação estável e de ter filhos. Além do mais, tinha pleno conhecimento dos riscos que enfrentava, aceitando o fato de que poderia morrer (FERREIRA, 1996, p. 60).

Pouco antes do golpe militar de 1964, ingressou nas fileiras da POLOP, onde ficou até 1967, após o “racha” ocorrido no IV Congresso da organização. Desde então, alguns quadros da POLOP apostaram na radicalização via luta armada, fundando os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), em Minas Gerais. Com o desmantelamento do grupo, em 1969, ela teve uma rápida passagem pela Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares). Meses depois, no episódio conhecido como “o racha dos sete”², ela decide migrar para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), juntamente com Carlos Lamarca e Herbert Daniel. Foi à frente desta organização que participou da captura do Embaixador Suíço, em dezembro de 1970. Em janeiro de 1971, ela foi convidada para participar do Comando Nacional da organização. Com o fim do cativeiro do embaixador, o isolamento dos grupos armados e o desgaste dentro da organização, ela decidiu abandonar a luta armada e exilar-se no Chile (LEITE, 2019, p. [s.i.]).

Antes de colocar em execução seu total desligamento da VPR, Inês, quando cumpria um compromisso previamente acordado, foi sequestrada pela equipe do delegado Sérgio Fleury, em São Paulo. O militante com o qual ela teria um encontro contou do trato para a repressão. Naquele 05 de maio de 1971 teve início o calvário de Etienne. Ao todo, foram 96 dias presa em um centro clandestino de detenção, em Petrópolis, sendo torturada, estuprada

e ameaçada diariamente. Fingindo acordo com os agentes, conseguiu sair daquele local com vida³, tendo sido entregue pela repressão na casa de sua irmã, Geralda Romeu, em Belo Horizonte. Inês estava fisicamente e emocionalmente debilitada. Por esta razão, foi internada, primeiramente, na Clínica Pinel, em seguida na Clínica Psiquiátrica Santa Maria, ambas na mesma cidade. Nesta última ela permaneceu no período de 17 de agosto a 05 de novembro de 1971.

Não havia tranquilidade na clínica. Durante um mês, ela recebeu visitas de agentes, que ameaçavam sequestrá-la e matá-la, caso não se tornasse informante. Segundo Sérgio Ferreira, antigo membro do Comitê de Anistia, que acabou se tornando amigo de Inês, todos os dias os seus familiares se revezavam para acompanhá-la. Quando alguém da repressão chegava e ameaçava, as acompanhantes se jogavam na cama e diziam: “vai ter que prender todo mundo”, ou, “vai ter que matar todo mundo”. Era uma forma de fazer com que eles recuassem. Todas as pessoas que iam à clínica eram revistadas, ou chamadas para depor. Em um determinado momento, seu advogado Augusto Sussekind teve uma ideia:

“Escreva uma carta de seu próprio punho contando o que o Exército brasileiro fez contra você”. Então ela apareceu com aquele testemunho famoso (mais tarde conhecido como Relatório Inês) de dentro do hospital. Sussekind pegou a carta e levou para o Rio de Janeiro. Como ele era decano da Justiça Militar, ele tinha acesso ao Ministério do Exército. Ele foi até o gabinete do Ministro, o Orlando (Geisel), e falou: “Eu gostaria de protocolar esta carta para o Ministro”. O cara carimbou tudo sem nem abrir e entrou. O Sussekind não foi embora, sentou e esperou o que ia acontecer. Depois de uma hora, mais ou menos, começou um corre-corre, uma agitação no gabinete. Veio um oficial falar com ele, e disse: “Doutor Sussekind, pode se retirar, pois nada vai acontecer à sua cliente”. No dia seguinte, o tenente Marcelo Paixão, um dos torturadores mais temidos de Belo Horizonte, chegou ao hospital (psiquiátrico) onde estava a Inês e todo mundo ficou apavorado. Ele disse: “Estou aqui com um decreto de prisão de Inês Etienne Romeu”! A família olhou a carta e viu que ela fora assinada pelo próprio Orlando Geisel! A Inês foi levada para o Rio de Janeiro e ficou presa em um quartel militar. Assim, o Sussekind oficializou a prisão da Inês e, certamente, a salvou⁴.

A prisão de Inês foi legalizada em 07 de novembro de 1971. De Belo Horizonte foi levada para o Rio de Janeiro. A partir deste momento, embora continuasse sendo ameaçada por agentes do quartel do Batalhão de guardas, no bairro São Cristóvão, para onde foi levada inicialmente, já não era mais torturada. Ali permaneceu por cerca de quatro meses. Passou por vários quartéis na Vila Militar, sempre sem qualquer informação de remanejamento ao seu advogado. Em ofício datado de 07 de abril de 1972, Sussekind pediu para ser avisado todas as vezes em que Inês fosse transferida de quartel. Solicitou, no mesmo ofício, que sua autorização para visita estivesse sempre em mãos dos agentes de segurança. O bacharel alegou que constantemente chegava para visitá-la e era comunicado de última hora sobre a mudança e não conseguia acesso fácil a sua cliente (BNM, Pasta: 047 (41), p. 767).

Em 24 de agosto de 1972, Inês foi julgada pelo Conselho Especial de Justiça e foi condenada à prisão perpétua, com base do art. 28 da Lei de Segurança Nacional⁵ (LSN), em função de sua participação na captura do Embaixador suíço. Constava que sua participação fora apenas guiar um carro para fechar o carro do embaixador. No momento em que Carlos Lamarca entrou no carro, coube a Inês dar ré no que ela dirigia para impedir que o outro fizesse o mesmo e escapasse. A sessão que levou à condenação de Inês foi polêmica. No dia 11 de setembro, Sussekind recorreu ao Supremo Tribunal Militar pedindo a anulação de todo o processo (BNM, Pasta: 047 (41), p. 913). Na apelação, o advogado alegava que a anulação deveria ocorrer com base em alguns acontecimentos durante o julgamento: Ela foi interrogada sem ao menos ter conversado previamente com ele; que fora impedido de se manifestar durante o interrogatório, mesmo sendo advogado de defesa. A sentença foi dada por membros de um Conselho de Justiça, que não levou em conta qualquer argumento de sua parte (BNM, Pasta: 047 (41), p. 926)

Ressaltou Sussekind que o crime de Inês não constava no parágrafo único do artigo 28 da LSN, mas sim no caput, que afirmava: “prisão perpétua é penalidade em caso de uma das ações terminasse em morte”. Deste modo, foi salientado que não houve morte do Embaixador, mas de um agente de segurança, executado por Carlos Lamarca. Outra alegação que validaria a anulação referia-se a inconstitucionalidade do art. 84 da mesma lei: “Serão nomeados pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar os membros dos Conselhos de Justiça competentes para o julgamento dos crimes punidos com as penas de prisão perpétua e de morte” (BNM, Pasta: 047 (41), p. 926):

Pedimos vênia para recapitular: ela não participou do plano, não participou da definição da data, ela não comandava qualquer setor, sua ação cingiu-se, de acordo com a denúncia, em fechar a passagem do carro diplomático. (...) A defesa espera o provimento deste apelo, para ser julgada a preliminar e, assim, anulado o processo, e se assim não entender, no alto espírito de julgamento, deverá dar provimento ao mérito ao apelo, para que a apelante seja condenada no caput do artigo 28 e na ausência de agravantes e sendo primária, no mínimo da pena, tudo dentro do critério e em obediência da lei, ai direito e como consagração de justiça (BNM, Pasta: 047 (41), p. 934).

Assim, o advogado de Etienne pedia que fosse responsabilizado pela morte do agente somente Carlos Lamarca, o responsável pelo tiro (BNM, Pasta: 047 (41), p. 997). No entanto, a acusação alegou que todos os integrantes da ação eram responsáveis pelo delito maior, pois concorreriam em ações simultâneas. Isso significava que a responsabilidade do delito maior se reproduziu em cada um dos agentes que participaram da interceptação do automóvel, posto que facilitou o tiro certeiro e a retirada do Embaixador. Cada um responderia como se fosse por si só responsável pelo delito (BNM Pasta: 047 (41), p. 998). Somente em 1977 a pena fora reduzida para 30 anos. Em 1979, Inês foi liberada, não pela anistia, mas em liberdade condicional.

Talavera Bruce

Em 03 de fevereiro de 1973, Inês foi encaminhada para o presídio feminino Talavera Bruce⁶. Voltado para o cumprimento de pena em regime fechado, fora construído nos anos 1940, no contexto da reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções realizada por Getúlio Vargas. Tais propostas culminaram em um projeto de criação da Penitenciária Agroindustrial, da Penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal, elaborado por uma comissão presidida por Lemos de Brito. Para ele, havia a necessidade de separar homens e mulheres, levando as últimas para locais distantes dos presídios masculinos. Esta separação evitaria qualquer influência perniciosa que pudessem causar: “é que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência” (CARTOGRAFIAS, s. d.). Ao ser criada a penitenciária fe-

minina, definiu-se normas pedagógicas, cujo objetivo seria transformar as “meretrizes, vagabundas e perniciosas”, em “mulheres dóceis, obedientes às regras da prisão, educadas, convertidas em caridosas beatas, voltadas às prendas domésticas, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e a satisfação do marido” (CARTOGRIAS, s. d.).

Criado para abrigar, primordialmente, condenadas por crimes comuns, durante os anos 1970, a instituição também se destinou às presas políticas. As primeiras mulheres foram confinadas em maio de 1970. Todas, exceto Inês, saíram em fevereiro de 1979. Inês foi a última presa a ser libertada, em setembro deste mesmo ano. A socióloga Julita Lemgruber, que pesquisou sobre o presídio nos anos 1970, descreveu a parte interna como desagradável, monótona pelas características físicas. As paredes e portas cinzas eram despojadas de decoração. O piso de cerâmica de um verde esmaecido e sempre limpo; corredores que parecem não ter fim, dando sensação de vazio (LEMBRUGER, 1983, p. 39).

Para Elizabeth Sussekind (2004, p. 25), as prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: representam o poder e a autoridade do Estado, são arenas de conflito, negociação e resistência, lugares onde é possível criar formas subalternas de socialização e cultura, e espaços nos quais indivíduos formam suas visões de mundo e entram em interação com outros indivíduos e autoridades do Estado. Havia uma parte exclusiva para as presas políticas, que ocupavam o pavilhão II. Dentre as diferenças nos regimentos das presas comuns para as políticas estavam a não submissão de horários rígidos, a possibilidade de visitas íntimas e a não obrigatoriedade do uniforme. Conforme apontou Lembruger: “embora recebessem o mesmo tipo de alimentação, as presas políticas dispunham de uma cozinha onde podiam cozinhar seus alimentos” (LEMBRUGER, 1983, p. 39). Em caso de necessidade de tratamentos médicos ou dentários, elas deveriam recorrer aos que estavam disponíveis no presídio. Conhecido como “pavilhão das subversivas”, oscilou entre 04 e 08 o número de presas” (LEMBRUGER, 1983, p. 46), que dispunham de poder de barganha e privilégios. Algumas vezes, tais prerrogativas causavam ressentimento nas presas comuns que, no entanto, reconheciam a transgressão das presas políticas e sabiam que elas pertenciam a um estrato social distinto (LEMBRUGER, 1983, p. 138).

As presas políticas interagiam entre si, formando os chamados “coletivos” que garantiram sua sobrevivência dentro do Talavera. Tem-se, portanto, o fenômeno da “prisionização”, em que se aprende a ser um preso e a adaptar-se à cultura do cárcere. O que se observa no caso das presas po-

líticas, contudo, é a criação de uma rotina própria e dura dentro da ideia de coletivo (NOREK, 2018).

A inserção e a convivência de Inês Etienne no coletivo de presas em Bangu foram conflitivas. Em um determinado momento houve uma divisão clara entre as presas, sendo que, de um lado estava Inês e suas companheiras de cela, de outro as outras presas políticas⁷. Ao que consta, ela teve três amigas dentro da prisão, que chegaram a dividir cela com ela, em momentos distintos: Maria Luísa Garcia Rosa, Solange Lourenço Gomes e Maria Cristina de Oliveira Ferreira. De acordo com Sérgio Ferreira (2017), o mal-estar entre as presas começou quando Inês chegou, pois fora cobrado dela um “balanço ideológico”, ao que ela prontamente se recusou a realizar, sob o argumento de que não as conhecia”. Elizabeth Ferreira, cunhada de Sérgio, apontou duas versões para o mesmo fato referente ao isolamento: A de uma das presas políticas, cujo nome real não foi revelado pela antropóloga, e a versão da Inês. A primeira versão diz que Inês se retirou do grupo por não tolerar a forma como a hierarquia estava estabelecida naquele coletivo. A depoente explica que, tendo sido comandante da VPR e pertencendo a uma outra geração (sendo mais velha), Inês estava habituada a um sistema de comando “com um perfil muito militarista, com sua posição muito definida. Em Bangu, o coletivo já tinha sua hierarquia e código próprios. O seu código não contava e ela não aceitou isso.” (FERREIRA, 1996, p. 82). A justificativa de Etienne passa por não concordar com o fato de as presas terem qualificado uma presa como delatora. Para Inês ao invés de rechaçarem esta acusada do coletivo, as presas políticas deveriam sempre dar apoio a todas que estivessem nessa situação. Ademais, Inês “demonstrou ter sentido dificuldade em se adaptar ao convívio com um conjunto heterogêneo de companheiras que, segundo ela, se diferenciavam até pela etiqueta” (FERREIRA, 1996, p. 82). Uma das presas em uma ocasião colocou a mão em seu prato, fez Inês empurrar o prato e ficar sem comer.

As primeiras informações que Sérgio teve sobre Inês foram dadas por uma outra ex-presas:

Ela começou a me contar da Inês, que “era fantástica, que foi presa, torturada, que tentou se matar, mas que pena que ela não morreu”. Eu fiquei chocado. E a partir daí ela me conta uma outra versão: Que a Inês chega no presídio, que ela se recusa a participar do coletivo. Começou a atacar a Inês, e a coisa foi piorando, (disse) que ela passou a acobertar uma policial, a Cristina. Dedução lógica, quem acoberta policial é poli-

cial. Ela fez várias acusações, desde acobertar policial até insinuar que a Inês seria lésbica. Eu fiquei pasmo, mas não me influenciou em nada. A partir do momento que ela disse: “que pena que ela não havia morrido”, não acreditei mais nada. Cheguei lá era alegríssima, animadíssima, como se estivesse em casa. Eu entro no pavilhão e tem essa divisão. Ela tá com a Cristina e do outro lado as que eram mais badaladas, que o nome aparecia toda hora. Aí volto e começa minha odisseia com a Inês. Eu descubro uma personagem que tem um nível, a envergadura que meu primo (Carlos Alberto Soares de Freitas) tinha. Eu contei para ela em algum momento a história que tinha ouvido, e ela começou a me contar tim-tim por tim-tim tudo que tinha acontecido. A reflexão, o coletivo, a tortura. Ela tomou as dores da Cristina, que não era da repressão e tudo me pareceu normal e fantástico. Eu não vi mulher acuada que renegou o passado, ao contrário eu vi um furacão pouco conhecido (FERREIRA, 2017).

Maria Luisa, que dividira cela com Inês, em depoimento à autora, contou que era amiga tanto dela, quanto das outras presas com as quais Inês havia rompido. Ela já conhecia parte das outras por relações anteriores à sua prisão. Luísa afirmou não saber bem o que aconteceu que levou ao racha entre as presas. Sobre a convivência com Inês, ela disse:

Ela saiu da casa (de Petrópolis). Era uma pessoa ferida. Eu ficava com muita pena. Ou solidaria, porque ela tinha prisão perpétua. Conversava muito de vida pessoal, de detalhes de Petrópolis, da família dela, que era grande. Eu era de família rica, e na minha família só valiam Medicina, Engenharia e Direito e o resto não era faculdade. Naquela época tinha que ser. E na época eu também desprezava. Eu achava que as outras profissões eram de quem não conseguia fazer isso. E a Inês, eu achava engraçado, que ela valorizava muito as outras profissões. Isso me marcou. Uma irmã era jornalista, outra assistente social, acho. Uma pessoa risonha, alegre e a gente ficava 24 horas junto. A gente não tinha que fazer nada. E a gente entrou numa fase meio depressiva, eu e ela e a gente não limpava a cela. Mas não era nada grave, mas a gente estava sem saco de limpar. A primeira cela era grande. Ela era expansiva, mas não levava desaforo para casa. Como lá era luta de ego e eu não tinha ego nenhum... Eu não queria competir. (...) Ela nunca teve muita crise de ter que ficar presa 30 anos, porque tinha uma percepção de que ninguém

ficava preso mais que 10 anos. (...) Ela ficou meio que um símbolo (...) eu cheguei a ir visitá-la depois. Mas a gente não ficou amiga por conta de confusão. Eu era amiga anterior das outras e fiquei amiga dela. Eu não tive peito de falar “você resolvam suas divergências”, mas eu não concordava com tudo da Inês (GARCIA ROSA, 2017).

Tal afirmação sobre o afastamento é corroborada em carta datada de 10 de abril de 1974, onde já há um ano em liberdade, Maria Luísa lamentava não receber respostas de Inês aos seus últimos manuscritos. Ali ela conta sua tentativa de reelaborar sua experiência na prisão e o destacado papel de Inês neste processo: “Já te escrevi algumas cartas que envelopadas foram para o lixo. Não sei o que dizer. Perdi o pé na realidade e nem por isso a minha necessidade de saber como você está deixa de existir” (GARCIA ROSA, 1974). Lamentou o fato de a distância entre as duas ter aumentado, não só pelo tempo, “mas também pela dificuldade de colocação da realidade em que se vive”. E ressaltou a angústia causada pelo silêncio da amiga e sua impotência frente a ele:

Apesar de todos os “não sei” meus em relação a você, quase um ano a base foi forte e tenho vontade de bater um longo papo contigo. Hoje estou diferente, como você também deve estar. Já o Milton diz muito enfaticamente “nada será como antes”, mas a vontade de ajustar os ponteiros, ou pelo menos ajustá-los à nova realidade é uma necessidade. Inês, aprendi muito contigo. Foi uma época agitada, mas assimilei muita coisa. Houve uma abertura, um salto. O resto é confuso até hoje. (...) Falo só, ainda que só, porque é um desabafo. Apesar de que eu não recebo resposta de que você me ouviu. Isso é bom. Um grande abraço, Inês, até qualquer hora (GARCIA ROSA, 1974).

Em depoimento, Maria Luísa lembrou sua sensação de querer proteger Inês, mesmo ela sendo uma figura forte. Para ela, a ex-guerrilheira não aparentava ter tido stress pós-traumático, não parecia ter pesadelos com o passado, ou mesmo se sentir mal com toda a situação: “Ela não gritava. Como se fizesse parte da opção dela. Faz parte do processo, como ficar presa” (GARCIA ROSA, 2017).

Maria Cristina, última colega de cela, mencionou que Inês sempre fazia referência a Maria Luísa de forma afetuosa, no entanto, os motivos dos silêncios ela desconhece frente as cartas. A amizade de Inês e Cristina

começou logo quando houve sua entrada no presídio. Inês foi a mais receptiva com a recém-chegada na prisão: “com toda consideração, e respeito e educação com que uma pessoa pode receber uma outra” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Com ela, Cristina afirmou ter aprendido muito, por meio de conversas sobre livros, revistas e cinema, que até então não conhecia, não sabia, pois, além de ser uma adolescente, não era de origem burguesa: “Inês era uma pessoa inteligentíssima, e carismática. (...) E muito detalhista, se ela fosse te explicar alguma coisa eu duvido que você não entendesse, porque ela ia buscar detalhes para a gente poder entender a questão” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Elas assistiam novela e estudavam inglês fazendo tradução: “O pouquinho de inglês que eu sei foi fazendo isso. Eu e a Inês, a gente traduzia *Mobi Dick*” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Outra forma de passar o tempo foi com o bordado na tapeçaria. Cristina elogiou seu bordado e sua precisão nos pontos. Enfatizou sua admiração com o comportamento de Inês dentro da prisão:

Mesmo presa, você tem atitudes políticas, corretas ou não, e ela era assim, muito pelo certo, o certo pelo certo, então ela abominava essas besteiradas da esquerda festiva, de ficar dizendo quem manda, quem não manda. Porque é aquela condição mesmo. Porque ali você tem que estar junto, tem que fazer o tronco, como se nós, sendo gravetinhos quando se juntássemos fizéssemos um tronco. E as meninas, elas queriam muito assim “faz o que eu falo, porque eu conheço, a minha prática e a minha teoria, e o fulano de livro tal falou tal coisa”, e a Inês abominava isso. Esse tipo de comportamento, porque naquele momento, todo mundo ia dormir praticamente no mesmo lugar, ninguém ia para casa, então, não fazia sentido. A gente tinha que sobreviver com uma questão só (OLIVEIRA FERREIRA, 2017).

Em relação à Solange, a segunda colega de cela, Cristina afirmou que Inês a protegia em razão do diagnóstico de esquizofrenia. Tentava evitar e amenizar crises e surtos⁸.

Nos dias que se passavam, Inês contava histórias: “ela tinha um senso de humor muito interessante, muito bom mesmo e ajudava todo mundo a dar risadas porque ela contava casos e mais casos” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). E continuava: “Ela falava muito de Iara e Lamarca. Ela era amiga do casal e demonstrava respeito enorme pelo Capitão” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Cristina lembrou que dos companheiros de luta ela sempre falou

com muito amor. E afirmou que Inês era muito franca: “se ela gostava de uma pessoa ela gostava mesmo e defendia aquela pessoa sempre. As presas comuns se davam muito bem com Inês, a respeitavam muito” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Em seu arquivo pessoal, encontrei dois bilhetes de uma das presas comuns para Inês, em nome de Nilce Mendonça. Em ambos ela contava à Inês que estava de castigo e pedia cigarros. Transcrevo:

Minha querida Inês (subversiva)
estou num castigo injusto pela D. guarda peço por favor um maço de
cigarro e uma caixa de fosforo. Assim que eu sair daqui irei te explicar.
Da sua amiga sofredora um grande abraço
Nilce Mendonça

O que chama a atenção neste bilhete é a alcunha de subversiva, usada como distinção na situação prisional e a forma afetuosa como Nilce se refere à Inês. Tal bilhete foi escrito em um pedaço de maço de cigarros Continental. Esta mesma forma terna é explicitada no outro bilhete, embora este tenha sido escrito por outra pessoa, fato evidenciado pela letra diferente do manuscrito anterior e pela forma de escrita. Posso supor que Nilce não era alfabetizada e solicitava que outras presas escrevessem por ela.

Inez (sic)
Eu Nilce M Lins encontro de castigo peço que me mande uns trocados
para comprar 1 maço de cigarros, beijos e abraços desta que tanto te
estima.
Nilce Lins
Em 26.7.76 (LINS, 1976)

Nem tudo foi angústia durante o período no Talavera Bruce. Cristina recordou que, como Inês gostava muito de crianças. Ela era: “abestada, sentava no chão, porque tinha os sobrinhos que de vez em quando iam lá também. Então com criança ela era totalmente uma bestalhona, brincava mesmo, morria de rir” (OLIVEIRA FERREIRA, 2017). Em seu riquíssimo arquivo pessoal, há dezenas de fotos e cartas dos sobrinhos pequenos, sempre muito carinhosos como, por exemplo, da pequena sobrinha Janine, que pedia os 50 centavos prometidos em troca de uma carta, ou de seu sobrinho, Mário, que recém havia aprendido a escrever:

15 de março de 74

Tia Inês eu fiquei muito contente com sua carta. Qualquer dia vou ai te visitar. No sábado que vem eu mando o desenho da ponte rio-niterói (sic). Ela vai cair, mas assim mesmo eu vou passar por cima dela. É verdade que roubaram minha bicicleta, mas o pai já me deu outra muito bacana. Eu não vou tirar carteira (sic) de chofer de bicicleta só os bobos vão fazer isso. Aceita um abraço e um beijo do seu sobrinho Mario (MARIO, 1974).

Em 1975, Inês casou-se com Jarbas Marques, ex-militante do PCB e, também, preso político. Os dois já se conheciam desde a época do Butcheco, bar que ela comandava, em Belo Horizonte, em 1963. A ideia do casamento surgiu como forma de proteger Inês e denunciar a existência de presos políticos, contrariando a narrativa do governo. Em um dia chuvoso, os noivos chegaram de camburão no cartório do Rio. Os militares pegaram Jarbas no presídio masculino Esmeraldino Bandeira, em Bangu e, em seguida pegaram Inês no Talavera Bruce. Após 13 anos sem contato, tiveram alguns minutos para colocar o assunto em dia: “Foi um atropelo de assuntos falamos da Casa da Morte, mas por mensagem cifrada” (CASAMENTO (...), 2015).

Cerca de 20 policiais com metralhadoras faziam o corredor para a passagem até a sala do matrimônio. Apesar da tensão, ela chegou sorrindo, usando um vestido preto e cabelo trançado, escolhido uma semana antes com a ajuda de algumas presas. Por receio de algum atentado à vida de Inês, Jarbas a instruiu para que ficasse à sua esquerda, em caso de necessidade de protegê-la com o próprio corpo. Ele saiu do camburão algemado, ela possuía as mãos livres. Muitos jornalistas e familiares foram convocados. A cerimônia de casamento não durou mais que um minuto. Os militares haviam pressionado os noivos para que se casassem dentro da prisão, como não obtiveram sucesso, queriam agilidade no matrimônio para evitar maior publicidade. Casados, voltaram para o camburão e para a vida no cárcere em separado. Ziraldo, um dos amigos de infância da família de Inês, foi um dos padrinhos (CASAMENTO (...), 2015).

Do ano de 1977, dois fatos podem ser ressaltados: a reversão da pena de prisão perpétua para 30 anos, no dia 13 de maio (BNM Pasta 047 (41), p. 1002); e a greve de fome no mês de novembro, quando as divergências entre Inês, Cristina e as presas foram publicizadas.

Dentre as ações coletivas na prisão política foram incorporadas as greves de fome. Segundo Heloísa Greco, elas eram bases de resistência cotidiana dos presos políticos: “um espaço de ruptura da regra do jogo, da lógica

da resistência” e “um contraponto às investidas permanentes de alienação e desumanização dos presos” (GRECO, 2004, p. 244). No Talavera Bruce, a greve de fome ocorreu por 20 dias. O motivo era a reivindicação de melhores condições de encarceramento. Como a greve era de fome e não de sede, a única ingestão das presas era de água com açúcar, de três em três horas, e sal quando baixava a pressão de alguma delas. Outra solicitação era a transferência para o presídio Frei Caneca, pois, embora Bangu proporcionasse excelente área verde, no outro presídio “não estariam isoladas, teriam tratamento médico facilitado e a segurança de estarem em um prédio somente de presos políticos”, pois em Bangu havia uma “separação mínima das presas comuns”, causando insegurança (PRESOS LIBERTADOS (...), 1977). O governo decidiu não as transferir, e a saída encontrada foi construir um portão separando as alas das presas comuns das presas políticas.

Inês e Cristina não aderiram à greve. Em entrevista, ambas afirmaram que tal decisão foi tomada em razão de não encontrarem sentido em serem transferidas de um presídio para outro. Disseram, também, que não se posicionariam sobre a decisão do governo em construir a portaria no pavilhão especial: “Prefiro não misturar as coisas. Preferimos falar por nós”, disse Inês aos jornalistas. Ao final, ressaltaram que “não tinham contato com as presas em greve de fome e que sempre se mantiveram afastadas delas” (PRESAS POLÍTICAS (...), 1977). Em sua entrevista recente, Cristina avaliou:

O pior já tinha acontecido, a gente já estava presa. Que coisa feia você ficar dentro da cadeia reclamando da comida ruim. E não era muito verdade, porque a nossa família levava mantimentos se a gente quisesse. A gente podia cozinhar, a gente tinha uma cozinha, a gente tinha uma cozinha bonitinha. Claro que a gente recebia a comida da cozinha do presídio Talavera Bruce. A gente recebia comida de lá, e se quisesse a gente esquentava mais, porque vinha em panela. A panela de carne, a panela de arroz, a panela de feijão, a panela, sei lá, o pirex de salada, então vinha separado. Então se a gente quisesse esquentar, esquentava (OLIVEIRA FERREIRA, 2017).

A jornalista Marcia Almeida relatou, em depoimento para a autora, que Inês tinha muita perseverança e que não aceitava ordens de quem quer que fosse. Depois do episódio da greve, ela ficou ainda mais isolada das outras. Segundo Almeida: “Ela não participou, porque acreditava que greve de fome em cadeia você tinha que querer entrar e só podia sair dela se aquilo que

você está reivindicando for cedido. Do contrário, tinha que fazer até morrer. Essa era a condição dela e não das outras. As outras tiveram que parar no meio” (ALMEIDA, p. 2019). As presas foram encaminhadas ao Hospital Central Universitário para o monitoramento de suas condições de saúde. Ao final, não foram atendidas as reivindicações de mudança de presídio, “pois o Frei Caneca é um presídio para homens e no Brasil não há presídios mistos”, disse o governador Faria Lima (GOVERNADOR DETERMINA (...), 1977). Além desta justificativa, o governador adicionou que elas não eram presas políticas, mas sim presas comuns que infringiram a Lei de Segurança Nacional (LSN) (FARIA LIMA, 1977).

Márcia Almeida conheceu a irmã de Inês, Lúcia Romeu, em Paris, no início dos anos 1970, na casa da atriz Norma Bengel. Lá, ela teve ciência da história da guerrilheira e resolveu começar um movimento para que Inês não fosse esquecida na prisão. Desde março de 1979, Inês era a única presa política naquele local, além do mais, ela não foi incluída na lista das pessoas que seriam anistiadas. Em carta, Márcia expressou sua indignação:

Todos terão que sair de qualquer forma, sem essa de indulto. Mas vejo cada qual ganhar um “padrinho” e você aí, esquecida, sem que se fale um “a” a seu favor ou desfavor. Há anos que isso me incomoda. (...) Se me autorizares, ó gentil manceba, eu serei sua “madrinha” ou “padroeira”. Não será um trabalho de pieguice, mas de denúncia, que faz mais o nosso jeito. Eu quero te ver aqui fora e sei que é isso que você mais quer. Mas para antecipar isso a gente tem que berrar, gritar, contar que cê tá (sic) aí dentro, que tudo isso é uma putaria mesmo, e manter repetindo isso cada vez mais (ALMEIDA, 1979).

Em seguida, propôs uma série de medidas para que Inês continuasse tendo visibilidade: soltar notas em jornais denunciando o fato de ser a única mulher presa política, bem como de ter sido a única na história do Brasil a ser condenada à prisão perpétua; entrevistá-la dentro da prisão e tirar fotos; coletar depoimento, gravado ou escrito, sobre o que aconteceu em Petrópolis para ser anunciado na peça Mural Mulher, dirigido por João das Neves, em cartaz no Teatro Opinião, onde eram apresentados trechos de depoimentos de presas políticas; dados gerais sobre data e local da prisão, para começar os anúncios (ALMEIDA, 1979).

O resultado deste trabalho de mobilização de Lúcia Romeu, Márcia de Almeida e dos jornalistas Ziraldo e Jaguar, foi uma entrevista publicada

no semanário *Pasquim* três semanas antes da promulgação da Lei de Anistia, em agosto de 1979, com a chamada: “A única presa política de fora da Anistia: Inês Etienne Romeu. Torturada e violentada nos cárceres secretos da ditadura, condenada a 77 anos, declara pra quem quiser ouvir: Lamarca era lindo!” (PASQUIM, 1979, p. 4).

Lúcia Romeu, Marcia de Almeida, Elias Fajardo e Lilian Newlands realizaram a entrevista. Lúcia contou, em texto introdutório à transcrição, que meses antes Ziraldo havia lhe dito para realizar este trabalho, pois ela era jornalista, Inês estava fora da anistia e já estava presa há anos. Embora soubesse da importância desta conversa, não foi algo fácil de pensar, pois, em princípio, “ouvir Inês significava lembrar todo o pavor da tortura, significava revê-la com 30 e poucos quilos, marcada por queimaduras, choques elétricos e outras atrocidades” (PASQUIM, 1979, p. 4). No entanto, Lúcia agora tinha certeza de que a Inês de 1979 refletiria sobre estes assuntos com maior clareza, analisaria a sua vida política com o humor que sempre lhe foi peculiar. A foto de Inês que ilustrou a reportagem foi tirada por Márcia, que conseguiu entrar com a câmera escondida, muito bem embalada e encaixada no fundo de uma panela de arroz, preparado por sua mãe para Inês (ALMEIDA, 2019).

A entrevista é interessante e, vista da perspectiva historiográfica sobre a esquerda no período, ajuda na construção do mosaico de memórias. Inês avaliou que iniciaram a luta armada isolados das bases sociais que diziam representar, e que, à medida que morriam ou exilavam, esse isolamento aumentava. Havia outro componente: o processo inverso do que pretendiam os guerrilheiros, isto é, o aumento do número de quadros. A equação seria: para cada um combatente que caía, pelo menos dez novos quadros surgiriam.

(...) Quando nós partimos, mesmo sem essas bases organizadas para a luta armada, nós partimos da concepção do foco guerrilheiro, partimos da concepção de que através do exemplo da luta armada vários outros setores se organizariam. (...) No final de 70-71, algumas organizações viram que nossa previsão não estava dando certo. O exemplo não frutificava. Nem mesmo entre a classe estudantil, que era, naquela altura, que fornecia o maior número de quadros (PASQUIM, 1979, p. 4).

Como não poderia deixar de ser, houve menção à captura do Embaixador suíço. Ela explicou que assumiu a participação na Auditoria Militar, pois acreditava que todos os participantes tinham coparticipação na

ação completa. O ponto alto da entrevista é a primeira revelação em público da sua experiência na Casa da Morte, embora sem muitos detalhes. Estes só seriam revelados dois anos depois, no mesmo *Pasquim*. Ela apenas contou que foi para uma casa, um centro clandestino de detenção, e que tinha contato direto com um líder camponês do nordeste chamado Mariano Joaquim da Silva. Como ela passou a primeira parte de sua estadia naquele local sem poder sair ou mudar de posição na cama, em razão dos ferimentos causados pelo atropelamento que sofreu tentando se livrar da prisão, era ele quem a auxiliava na questão da higiene. Nestes momentos conversavam sobre assuntos variados. Certa vez, ela disse a ele que estavam ali para morrer. Muito sensibilizado, ele respondeu para ela ter forças: “eu achava que ia morrer e fiquei viva e ele achava que ia ficar vivo e morreu” (PASQUIM, 1979, p. 5).

Sobre suportar a tortura e a relação com os torturadores, ela refletiu:

Eu os via como se fosses bestas, instrumentos de um sistema cruel e violento. Às vezes, eu tinha até fantasias infantis, tipo pensar em determinado momento que eu era prisioneira de guerra de outro país; de minha formação cultural, de Caratinga, tortura era um negócio muito difícil de entender. Você pode imaginar todas as maldades e sadismos possíveis, mas quando você enfrenta esse sadismo pessoalmente é algo inacreditável. E eu pensava, dentro do que chamo de pensamentos infantis, o seguinte, que meus irmãos todos — e a família é muito grande, são sete irmãos, pai, mãe, primos — pagavam impostos para sustentar aquelas pessoas que estavam me torturando; era um pensamento muito forte pra mim lá na hora. As pessoas têm que ter muita consciência disso. Quando se fala na tortura não é para comover ninguém, provocar lágrimas, as pessoas têm que ter uma consciência muito profunda do que é a tortura e termos de instituição. (...) Não podemos deixar que a bestialidade seja institucionalizada; é uma coisa anti-humana (PASQUIM, 1979, p. 6).

Criar cenários imaginários capazes de lhe transportar para um ambiente não menos hostil, mas que minimamente racionalizasse aquela violência injustificável, foi a forma encontrada por ela para superar aquele período. Adotando uma postura que rechaça qualquer tipo de vitimização, ela convidou para uma reflexão importante sobre a tortura como política de Estado e a desumanização dos torturadores. Mais adiante na entrevista, ela

aprofundou nas estratégias usadas pelos algozes para desestruturá-la e o medo que ela sentiu naquele período de Petrópolis.

Levei alguns anos para refletir isso. Se eles tinham poder de vida sobre mim eu queria ter o poder da morte. Tentei 3 vezes o suicídio naquela casa, escondido deles. Ai eles diziam: Por que fez isso. E eu respondia: Eu não sei. Na minha cabeça eu tinha a certeza de que eles iam me matar e eu não queria morrer. Eu tinha medo de morrer quando tinha essa possibilidade. O medo aparecia com uma força enorme. Mas o medo não era tão grande ao ponto de eu querer me matar. (...) Uma confusão se instala na sua cabeça. Há um jogo que eles fazem que é o seguinte: uns fazem o papel de bom e outros de maus. Num determinado momento não é que você ache que aquilo é bom ou não, mas você tem que acreditar naquilo. Quando você pede socorro a eles você pede sinceramente, porque você não tem alternativa. Você tem que aceitar aquilo e você aceita. Depois para tirar isso da cabeça é uma loucura. Eu levei anos. Eu saí de lá e durante uns dois ou três anos eu vivi a impressão de que eu era uma pessoa péssima. Não valia nada (PASQUIM, 1979, p. 7).

Ao sair da prisão, Inês foi para Fortaleza morar com uma de suas irmãs. Lá concluiu o curso de História. Para ela foi necessário se afastar do Rio e de São Paulo para recuperar suas forças: “Quando saí da prisão, era como se estivesse chegando num outro planeta. Tinha dificuldade até para atravessar uma rua. Precisava assentar minha cabeça [...]” (FERREIRA, 1996, p. 121). Ela voltou para São Paulo somente em 1983 para trabalhar no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde alcançou cargo de diretora.

Como afirma a historiadora Caroline Bauer, o término da ditadura não significou o fim do terror e a superação dos traumas cessavam-se os fatos, mas não suas consequências. Os medos permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos transicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura. Tratava-se da configuração e perpetuação da denominada “cultura do medo” (BAUER, 2014)

A transição da ditadura civil-militar brasileira foi realizada de acordo com as características dos processos históricos precedentes, com a tradição cultural e jurídica para a resolução de conflitos e conforme a realidade do final da década de 1970. (...) Neste sentido, forjou-se durante esse processo a denominada “ideologia da reconciliação”, baseada na

premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada — o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio. “Ideologia da reconciliação” foi um termo cunhado pelo historiador catalão Ricard Vinyes para fazer referência às ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias, como a ditadura civil-militar brasileira (BAUER, 2014, p. [s.i.]).

Esta não resolução e superação dos traumas deste passado recente abriram margem para o processo que temos acompanhando de revisionismo ou mesmo negacionismo desta história. A memória tem o poder de humanizar as experiências dos indivíduos, por isto, faz-se importante continuar difundindo biografias de militantes que sofreram as violações causadas pelo Estado no período de 1964 a 1985.

Notas

1 O trabalho desta antropóloga é resultado de entrevistas com 13 ex-presas políticas. Os nomes das entrevistadas foram trocados. Inês é identificada por *Catarina*. Transcrevo a explicação da autora: As mulheres que entrevistei não aparecem no texto com seus nomes verdadeiros porque, quando ouvidas a respeito dessa questão, algumas optaram pelo anonimato (a escolha de seus codinomes e sua distribuição foram aleatórias). Desse modo, o critério ficou sendo igual para todas, o que de fato facilitou o transcurso dos depoimentos. É importante salientar que esse anonimato é relativo, devido à exposição que estas mulheres ficaram sujeitas em função de sua atuação na esfera pública — quer através de projetos coletivos ou através do sucesso de suas vidas pessoais. Assim, em alguns casos, não ficará difícil reconhecer a mulher por trás da personagem através de dados em seus próprios testemunhos, fato que elas certamente percebem (FERREIRA, 1996, p. 2).

2 Em 05 de setembro de 1969, houve o congresso da VAR em Teresópolis. Por divergências no modo de concepção de luta, sete membros decidiram sair da organização e retornar à VPR, capitaneados por Carlos Lamarca. Ao final do congresso, outros seis militantes optaram por seguir este caminho, dentre eles, Inês. Conferir: Encaminhamento nº 78816E-71-AC-SNI, de 27 de outubro de 1971, intitulado Vanguarda Popular Revolucionária. Disponível em: https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordaoemerenciano/f/4/e/f4e5e5558a40efe633f69f733c66bb-210badb252245b7bd4d41faefd28c871ef/b2bf9b2c-606c-49c5-b679-5bb006e461c2-AC_ACE_38918_71_OK_VPR_eVAR.pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.

3 Um box da revista *Visão* chamava a atenção. Intitulava “Inês, fracasso de cooptação”, baseado na entrevista exclusiva de uma alta patente das Forças Armadas, não identificada. Para o oficial, Inês representou “um dos grandes fracassos de cooptação do serviço de inteligência brasileiro, ligados ao Exército,

que tentaram “virá-la” (convencê-la a colaborar com o aparelho de segurança)”. De acordo com o militar, a ideia de “conquistá-la ideologicamente” surgiu da constatação da sua importância dentro da VPR, mas este trabalho não foi exitoso como foi com o Anselmo. Conferir: O caso Inês Etienne Romeu. Anistia ou Revanchismo? *Visão*. Publicado em: 23 fev. 1981, p. 23.

4 O documento redigido por ela, onde relatou todos os horrores vividos na casa, ficou conhecido como “Relatório Inês”. Tal documento pode ser considerado um dos precursores dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Ali há a descrição das torturas, nomes dos torturadores e nomes de militantes cujo paradeiro ainda era desconhecido. O documento só foi publicizado dez anos depois, em 1981. Dada a grande repercussão, os militares ameaçaram tanto a revogação da Lei de Anistia, quanto retardarem ainda mais o processo de transição, acusando Inês de revanchismo. Conferir: Entrevista de Sérgio Ferreira para a Janaína Teles em 20 de março de 2010, In: Teles (2011, p. 333) Para saber mais sobre o documento e os desdobramentos de sua divulgação, conferir: Leite (2019). O relato de Augusto Sussekind no documento para apelação contra a prisão perpétua corrobora com o narrado. Conferir: BNM 047 (41), p. 920.

5 Art.28. Matar ou tentar matar quem exerça autoridade pública, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social: Pena-reclusão, de 3 a 30 anos. Conferir: Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Para as outras informações: BNM, Pasta: 047 (41), p. 954 e 984.

6 Documento: Tortura praticada pela polícia civil. Conselho Federal. Comissão de Direitos Humanos. Processo F-CDH-017-80. Arquivo Nacional.

7 Ressalto aqui que tentei contato com algumas destas presas que divergiram de Inês em alguns momentos, mas ainda não obtive sucesso.

8 Em 04 de março de 1971, Solange sofreu uma crise de esquizofrenia durante uma panfletagem junto com alguns militantes do MR-8 durante a inauguração do Estádio Fonte Nova. Fora de si, ela se entregou à Polícia se dizendo uma perigosa terrorista e entrega o nome de vários colegas à

repressão. Suicidou-se no ano de 1982. Conferir Laque (2010, p. 421).

Referências bibliográficas

BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n. 1, p. 121-145, jan.-abr./2014.

DOUMOLIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FERREIRA, Elizabeth Xavier. **Mulheres, militância e memória**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28 n. 47, Belo Horizonte, Jan./Jun. 2012.

GRECO, Heloisa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2004. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os lobos**. [s.i.]: Ava Editora, 2010.

LEITE, Isabel Cristina. Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu: 1971 e 1981. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla (Orgs.). **A República no Brasil**: trajetórias de vida na ditadura e na democracia. Niterói: Eduff, 2019. (no prelo)

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1983.

NOREK, Ayssa. “Uma estação no círculo do inferno”: o olhar de gênero sobre o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979). **Anais da IV Semana Discente do IESP-UERJ**, Rio de Janeiro, 2018.

PRESIDIO TALAVERA BRUCE. **Cartografias da ditadura**. Disponível em: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

cartografiasdaditadura.org.br/. Acesso em: 24 jun. 2019.

SUSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro**. 2014. Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

TELES, Janaina. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Jornais e Revistas

REDAÇÃO. Entrevista com Inês Etienne Romeu. **Pasquim**. Publicado em: 27 jul. 1979 a 02 ago. 1979. Arquivo da Associação Brasileira de Imprensa.

REDAÇÃO. O caso Inês Etienne Romeu. Anistia ou Revanchismo? Visão. Publicado em: 23 fev. 1981. Arquivo pessoal Sérgio Xavier Ferreira.

REDAÇÃO. Casamento como ato político na ditadura. **O Globo**. Publicado em: 04 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/casamento-como-ato-politico-na-ditadura-17684694>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Fontes primárias

ARQUIVO PESSOAL INÊS ETIENNE ROMEU ARQUIVO PESSOAL. **Bilhete de Nilce M. Lins a Inês Etienne Romeu**. Produzido em: 26 jul. 1976.

ARQUIVO PESSOAL. **Bilhete de Nilce Mendonça a Inês Etienne Romeu**. Produzido em: [s. d.].

ARQUIVO PESSOAL. **Carta de Márcia de Almeida da Inês Etienne Romeu**. Produzido em: 05 jul. 1979.

ARQUIVO PESSOAL. **Carta de Maria Luísa Garcia Rosa (Pupi) a Inês Etienne Romeu**. Produzida em: 10 nov. 1974.

ARQUIVO PESSOAL. Faria Lima diz que presas em greve não serão transferidas. **O Globo**. Publicado em: 10 nov. 1977.

ARQUIVO PESSOAL. Governador determina volta de presas políticas em greve de fome para Bangu. **Jornal do Brasil**. Publicado em: 10 nov. 1977.

ARQUIVO PESSOAL. Presas políticas decidem manter greve de fome. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 8 nov. 1977.

ARQUIVO PESSOAL. Presos libertados se dizem solidários às grevistas de Bangu. **O Globo**. Publicado em: 5 nov. 1977.

ENTREVISTAS REALIZADAS PELA AUTORA

LEITE, Isabel Cristina. **Márcia de Almeida**: Realizada por Skype em: 30 jan. 2019.

LEITE, Isabel Cristina. **Maria Cristina Oliveira Ferreira**. Realizada no Rio de Janeiro em: 01 nov. 2017.

LEITE, Isabel Cristina. **Maria Luísa Garcia Rosa**. Realizada em Niterói em: 01 nov. 2017.

LEITE, Isabel Cristina. **Sérgio Xavier Ferreira**. Realizada no Rio de Janeiro em: 10 mai. 2017.

ACERVO DIGITAL BRASIL: NUNCA MAIS

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 767.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 926.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 934.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 954.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 984.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 997.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 998.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 913.

BRASIL. BNM Pasta: 047 (41) p. 920.

Recebido em: 22/05/2019

Aprovado em: 24/06/2019